

Ulysses reconhece que 5 anos são contra seu desejo íntimo

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelou ontem que está defendendo o mandato de cinco anos



para o presidente José Sarney "por um imperativo político", embora esta tese contraria seu desejo último, favorável à transição de quatro anos. Isso foi dito durante a entrega da emenda popular que estabelece eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988, promovida pelo senador Mário Covas. Ulysses afirmou também que não participará mais desse tipo de sessão "por temer converter-se".

As declarações de Ulysses Guimarães, que surpreenderam os 40 constituintes presentes ao ato na sala de reuniões da liderança do PMDB na Constituinte, foram resposta ao discurso feito pelo senador Mário Covas. O líder afirmou que naquele momento não se importava em decifrar as causas da não adesão de Ulysses à emenda popular das diretas 88, acrescentando que "mesmo não subscrevendo-a, o presidente do PMDB está nela representado por sua participação na história do País e do partido".

Desde o início da sessão os constituintes que estavam presentes gritavam palavras de ordem como "um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil" — que foi puxada pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Em seguida, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), liderou o côro pedindo ao presidente do PMDB para assinar a emenda que alcançou em apenas dez dias de coleta, 96.863 assinaturas. Muito bem humorado, o deputado Ulysses Guimarães ressaltou a importância da emenda que foi subscrita pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Associação dos Arquitetos do Brasil.

Afirmou que a apresentação da emenda o fazia lembrar da campanha das diretas 84, "quando 50 milhões de brasileiros foram às ruas garantir um direito político". Ressaltou que a iniciativa do senador Mário Covas e das entidades "tem um valor extraordinário e representa a soberania popular".

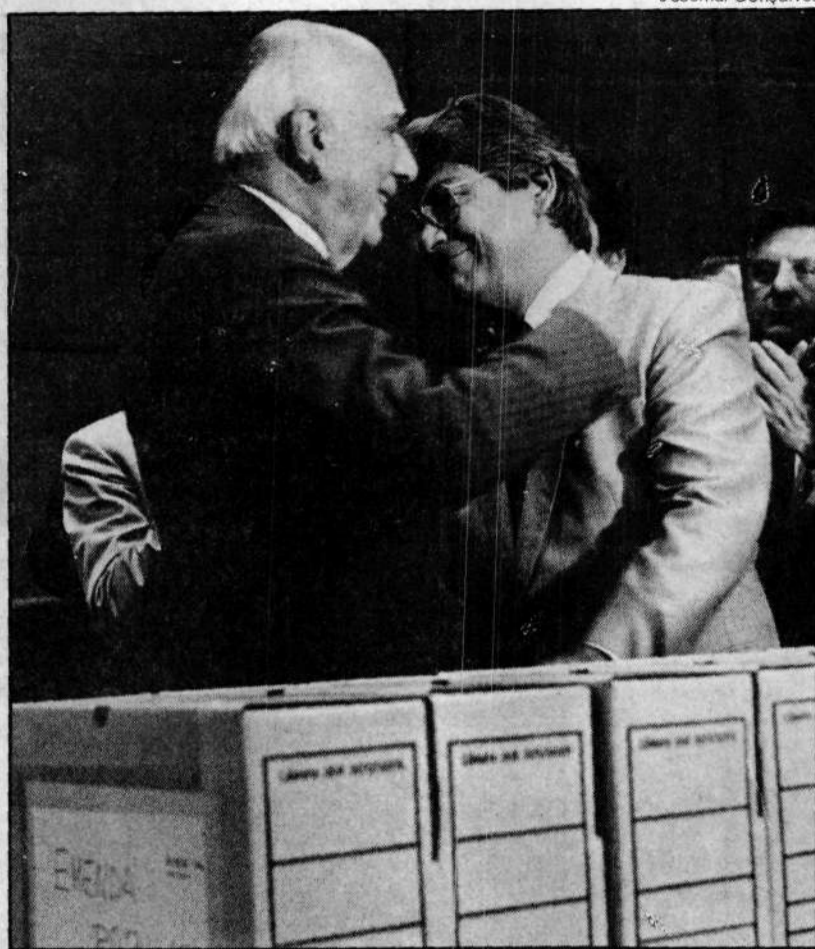
Conversão

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, disse que a Assembléia terá que meditar muito sobre a emenda especialmente "pelo escasso tempo para a coleta de assinaturas". Além do apoio otimista, Ulysses surpreendeu os presentes ao afirmar que não compareceria mais a "sessões como essa". Salientou que só quebrou a rotina de sua agenda — saindo do gabinete para receber emenda — pelo fato do pedido ter sido feito pelo líder do partido na Constituinte, Mário Covas. "Sou um liderado obediente", deixando claro que sua obediência tinha limites.

Explicou que não poderia mais participar desse tipo de manifestações, por ter medo de "converter-se". Ulysses não pôde esconder, no entanto, que seu apoio à emenda ultrapassava a valorização da iniciativa popular. Explicou que pela posição política que ocupa "não pode" se manifestar em relação a certos assuntos. Acrescentou que "há vezes que tomamos atitudes políticas que são imperativas e que não estão necessariamente ligadas às nossas convicções". Nesse momento, o Presidente foi aplaudido pelos constituintes que pediam a ele que assinasse a emenda das diretas 88.

Crianças

Outra manifestação que tirou o deputado Ulysses Guimarães da rotina, foi a apresentação da emenda popular que garante os direitos da criança promovida pela Frente Nacional dos Direitos das Crianças que teve mais de 67 mil assinaturas. Na entrega, que foi feita no Salão Negro do Congresso Nacional, o presidente da Constituinte afirmou que a presença de quase cem crianças representava a "esperança e uma mensagem de otimismo em relação à Constituinte, "que saberá garantir os direitos daqueles que são o futuro do País. Essa é a segunda emenda popular que garante o direito das crianças. A primeira foi apresentada pela Comissão Nacional da Criança Constituinte.



Ulysses resalta o valor da iniciativa do líder Mário Covas

Projeto das diretas pode não ser votado

O projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que fixa eleições diretas para presidente em novembro de 88, está tecnicamente prejudicado, já que a votação, mais uma vez, deixou de ser realizada por falta de quorum. Sem explicações, o presidente interino da Comissão de Sistematização, deputado Aluísio Campos (PMDB-PB), encerrou a reunião sem convocar nova sessão extraordinária para apreciação do projeto. A Mesa da Sistematização deverá se reunir hoje para fixar nova data para votação ou enviar o projeto para a apreciação do plenário da Constituinte.

O autor do projeto de decisão, deputado Arnaldo Faria de Sá, inconformado com a atitude do presidente interino em encerrar a sessão, desabafou: "Na forma espalhafatosa do Aluísio dirigir, ele acabou servindo de manobra para o resultado que se buscava a através do líder do Governo". Exaltado, o parlamentar salientou, após o encerramento da sessão matutina, que não irá concordar com a realização de uma reunião extraordinária hoje, e aos gritos avisou à secretária da Sistematização, Maria Laura Coutinho: "Se precisó for, vou até arrancar os microfones para evitar que a sessão seja realizada".

Mais cauteloso, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, explicou que os projetos de decisão estão sendo utilizados por alguns parlamentares para colocar uma matéria constitucional em destaque para votação em separado do conjunto do bojo do projeto. "O expediente é meramente para fazer efeito publicitário, porque a questão busca apenas a oportunidade para encher espaços na imprensa", comentou. Negando qualquer articulação para esvaziar as sessões da Sistematização, Sant'Anna salientou que os progressistas naturalmente "só estão querendo aproveitar o momento político para realçar uma discus-

são em torno de um assunto que é matéria constitucional".

Debates

O líder do Governo, no início da sessão, solicitou à mesa da Sistematização resposta sobre requerimento de sua autoria, enviado na sessão anterior, pedindo o encerramento do período de debates sobre o projeto. O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) exigiu ainda que a votação fosse nominal, mas a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) conseguiu suspender a sessão por cinco minutos para que fossem acionadas as campanhas, pois a reunião estava previamente marcada para o auditório Nereu Ramos e, em seguida, transferida para o plenário da Câmara dos Deputados.

Em seguida, foi reaberta a sessão e iniciado o processo de votação do requerimento do líder do Governo. Por 26 votos contra 15 o grupo liderado pelo autor do projeto — que não conseguiu os 48 votos regimentais para aprovar a matéria na Sistematização — prosseguiu debatendo a duração do mandato do presidente Sarney e a fixação de eleições diretas para 15 de novembro de 88. O deputado Brandão Monteiro assumiu interinamente a presidência e deferiu requerimento do deputado José Maria Eymael (PDC-SP) exigindo que a sessão fosse transmitida pelo serviço de som a todas as dependências do Congresso.

A polêmica foi formada com a chegada do líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, que denunciou uma sabotagem de funcionários da Câmara que desrespeitaram a decisão da Mesa e não ligaram o serviço de som. Os constituintes, a través de apertes, solicitaram a suspensão da sessão. Mas, surpreendentemente, o deputado Aluísio Campos a encerrou e de terminou a sua reabertura somente após resposta do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, sobre o requerimento.

Tumulto interrompe a sessão

Tumulto. Esta palavra resume as tentativas de votação do projeto de decisão que fixa a realização de eleições diretas para presidente em 15 de novembro de 88. Os defensores da proposta passaram a noite convocando os titulares e suplentes da Comissão de Sistematização para a votação e os contrários gastaram inúmeros telefonemas para avisar aos parlamentares que o comparecimento na sessão era dispensável. Mas aconteceu de tudo, até o presidente encerrar a sessão, sem motivo aparente, sob fortes protestos dos parlamentares.

"Aluísio, você não pode me casar a palavra", esbravejou o autor do projeto, deputado Arnaldo Faria de Sá. "Não vou reabrir, de maneira alguma, a sessão, ponto final", respondeu o deputado

Aluísio Campos. O líder do PDT, Brandão Monteiro, entrou na briga: "Agora, sabemos que ele joga bem, mas no time adversário".

"Não ter quorum qualificado é a maior vergonha para a Constituinte, pois significa empurrar com a barriga e aceitar o decurso de prazo", disse José Genoíno (PT-SP). "Quem deseja quatro anos vive o critério da verdade no paraíso e os defensores dos cinco padecem no fogo do inferno", disse Arnaldo Faria de Sá, que ainda do microfone do plenário, chamou os parlamentares nos gabinetes "de covardes e traidores". O deputado Solon Borges (PMDB-SP), diante da inércia dos trabalhos da Sistematização, desabafou: "Se Ulysses adoecer, a Constituinte fecha".

PFL pensa em rompimento e faz Convenção

Reunida ontem, a Executiva Nacional do PFL decidiu convocar uma convenção extraordinária do partido para o dia 29 de novembro, ocasião em que serão discutidas alterações no programa e no estatuto partidários e decidida a preservação ou não da Aliança Democrática. É possível, também, que os convencionais aprovem uma nova denominação da legenda, pondo fim à atual condição de "Partido da Frente Liberal".

Ao transmitir aos repórteres a decisão da Executiva, o secretário-geral do partido, Saulo Queiroz, procurou demonstrar que a tendência mais forte é para o rompimento definitivo do PFL com o PMDB, encerrando-se, deste modo, a chamada "Aliança Democrática", constituída em agosto de 1984 para a eleição de Tancredo Neves/Sarney.

"Há o entendimento no partido de que a Aliança Democrática é uma tênue lembrança e que não há perspectiva para o futuro. Isso não é consenso mas é a visão de uma expressiva parcela" — disse Saulo Queiroz, para em seguida registrar a atuação do presidente do partido, Marco Maciel, como "bombeiro" que tenta conter os conflitos existentes no âmbito da Aliança.

Suicídio

Na ênfase dada às resistências que existem para a preservação da Aliança, comentou ainda o deputado mato-grossense: "Há os que entendem que manter a Aliança depois da Constituinte é suicídio. Pode-se exigir tudo de um político, menos o suicídio".

Quanto à mudança do programa e do estatuto partidários, Saulo apontou a preocupação dos pefelistas em encontrar uma nova "identidade", bem como em modernizar a linguagem do PFL, tendo em vista, inclusive, as eleições municipais de 1988". A meta do partido é obter um total de 10 milhões de filiados e instalar diretórios nos 4.179 municípios brasileiros (atualmente os diretórios pefelistas totalizam 2.284).

Desde o início do ano, as bases do partido tentam a realização de uma convenção extraordinária, para discutir questões polêmicas, principalmente os rumos da Aliança Democrática. A convenção chegou a ser convocada para o dia 4 de julho, mas depois foi adiada "sine die" pela Executiva. Esse adiamento resultou da ação de alguns dirigentes pefelistas — principalmente do presidente Marco Maciel — que preferem fazer a convenção só depois que a Constituinte definir questões politicamente mais delicadas.

Partido questiona ação de Raphael

Preocupado com o crescente controle do PMDB sobre a máquina da Previdência Social — uma ação política articulada, segundo os pefelistas, pelo ministro Raphael de Almeida Magalhães — a executiva do PFL decidiu constituir uma comissão especial para avaliar as consequências da "municipalização" da previdência e preparar um estudo sobre essa questão a ser encaminhado ao presidente Sarney.

O Secretário-geral do partido, Saulo Queiroz, disse temer que a municipalização seja utilizada "como instrumento político". O deputado Lúcio Alcântara, que será um dos integrantes da Comissão, observou que, "como regra, a descentralização é uma iniciativa administrativa positiva, mas pode também ser utilizada, no caso da Previdência, com objetivos políticos, pelos governos estaduais" (o PMDB controla 22 dos 23 governos de Estado e a maioria das prefeituras).

Integrarão a Comissão, além de Lúcio Alcântara, os deputados José Lins de Albuquerque (CE), Maluly Neto (SP), Thomas Nonô (AL), Jofran Frejat (DF) e o ex-deputado Wolney Siqueira.

Outra comissão foi designada para estudar o projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral e, na fase final de plenário, apresentar emendas em nome do Partido. Integrantes: senador Carlos Chiarelli e os deputados José Lins, Lúcio Alcântara, Saulo Queiroz, Arnaldo Prieto e Aloísio Chaves.